



EBSERH

## Reivindicações e prioridades: 2026

Página 2

PESQUISA

68% dos trabalhadores reconhecem importância dos sindicatos



Página 4

NO TRABALHO

Funai discute assédio e violência de gênero

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

# O compromisso

Acesse: [www.sindsepmt.org.br](http://www.sindsepmt.org.br)

ANO XVIII - Nº 216  
Cuiabá - Dezembro de 2025

**SINDSEP-MT**  
**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
FILIADO A  
CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fotos: Mário Hashimoto



## QUE VENHA 2026

# Sindsep-MT encerra o ano com Assembleia e novos desafios

Na última Assembleia Geral Ordinária de 2025, o sindicato fez um balanço das campanhas de filiação e reforçou o compromisso com os servidores federais

**C**om a presença de diretores e filiados, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT) realizou, no dia 12 de dezembro de 2025, a última Assembleia Geral Ordinária do ano. O encontro ocorreu na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), localizada na Rua São Benedito, no bairro Areão, em Cuiabá (MT).

A assembleia teve como objetivo discutir temas de interesse da categoria e deli-

berar sobre pautas administrativas e organizativas do sindicato. A ordem do dia contemplou informes gerais, análise de conjuntura política e sindical, informes jurídicos, prestação e aprovação das contas, além de outros encaminhamentos considerados estratégicos para a atuação da entidade.

Durante os informes, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, apresentou um balanço da recente campanha de filiações, que percorreu os municí-

pios de Barra do Garças e Campinápolis, bem como as aldeias indígenas São Marcos e Guadalupe. As regiões visitadas integram importantes territórios do povo Xavante, que vive em cerca de 49 aldeias e preserva uma expressiva herança cultural, espiritual e linguística.

A meta inicial da campanha, que previa 50 novas filiações, foi superada, alcançando 53 novos associados. Diante do resultado positivo, a direção anunciou a intenção de ampliar a iniciativa para outras aldeias indígenas e localidades do estado. Ainda no âmbito da campanha, foram incorporados servidores da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), autarquia recentemente criada com a finalidade de fortalecer a execução das políticas do Ministério da Saúde, especialmente nas áreas de Atenção à Saúde Indígena e Atenção Primária.

Outro destaque da assembleia foi a intervenção do servidor do Ministério da Cultura (MinC) e secretário de Formação e Política Sindical do Sindsep-MT, José Olímpio da Silva Neto. Em sua fala, ele relembrou as

dificuldades enfrentadas pela área cultural. Segundo Olímpio, o Ministério da Cultura e suas vinculadas atravessaram um período de forte crise no governo anterior, marcado, entre outros problemas, pela desvalorização salarial dos servidores.

"A nossa remuneração é baixa entre outras questões, mas, felizmente, por meio da intervenção dos sindicatos e da Condsef, houve uma mobilização importante dos trabalhadores da Cultura. Isso resultou em um consenso entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério da Cultura, não exatamente com a criação de um plano de carreira, mas com o reconhecimento de que nossos salários estavam extremamente defasados", destacou o dirigente.

A Assembleia Geral Ordinária foi encerrada com o reforço do compromisso do Sindsep-MT em seguir atuando na defesa dos direitos dos servidores públicos federais e no fortalecimento da organização sindical em Mato Grosso e desejando a todos e a todas, um feliz Natal e um excelente Ano Novo.



Presenças dos diretores em assembleias mostra que o Sindsep-MT continua firme e forte

## Condsef volta a cobrar avanços em Plano de Carreira no Mapa

**N**a 4ª Reunião da Mesa Setorial Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que aconteceu no dia, 25 de novembro, em Brasília, a Condsef/Fenadsef reforçou pautas essenciais para a categoria, entre elas: o andamento do Plano de Carreira dos administrativos e o enquadramento dos servidores do Inmet e da Ceplac na Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T). A direção do Mapa reafirmou ser favorável ao pleito, que já está protocolado no Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

O encontro também apresentou os debates do grupo de trabalho (GT) sobre a unificação das Carreiras Técnicas de Fiscalização Agropecuária, avanços no protocolo de enfrentamento a situações de ameaça externa e a autorização para preenchimento de 100% das vagas do último concurso.

Além disso, foi aprovado o calendário da Mesa Setorial para 2026.

Seguimos firmes na defesa da valorização dos servidores e do fortalecimento das políticas públicas no Mapa. (FONTE: CONDSEF)



NO TRABALHO

# Funai discute assédio e violência de gênero

A assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef destacou que o Estado tem obrigação constitucional de garantir um ambiente de trabalho seguro

**A** assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef participou de reunião convocada pelo Sindsep-DF com representantes das servidoras e servidores da Funai e que teve como pauta central a discussão sobre assédio e violência de gênero no local de trabalho. As entidades destacaram a importância de poder contar com espaços coletivos de apoio e discussão permanentes sobre o tema.

O encontro, realizado virtualmente, buscou oferecer um espaço seguro de escuta e orientação, além de reunir informações para identificar a dimensão institucional dos problemas relatados. A assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef destacou que o Estado tem obrigação constitucional de garantir um ambiente de trabalho seguro. Foi observado que fatores estruturais como desigualdade de gênero, histórico colonial, racismo e ausência de protocolos, favorecem situações de desrespeito, humilhação e violência. É preciso, portanto, ter atenção aos sinais para que se possa identificar os casos e agir.

Desde agressões físicas a situações de microviolência e sobrecarga de trabalho, o desamparo é também relatado entre as pessoas que passam por situações de assédio que precisam ser duramente combatidas. Na Funai, há relatos de dificuldades para encontrar suporte, especialmente em



unidades descentralizadas, onde a ausência de estrutura, de orientação administrativa e de canais de denúncia adequados são uma realidade que promove um aumento da vulnerabilidade.

**A importância do coletivo e da documentação** - Especialistas orientaram sobre a necessidade de registros, sempre que possível, como anotações, capturas de mensagens ou relatos testemunhais, ressaltando que a palavra da vítima tem peso jurídico em casos de assédio. Foi destacada a importância de fortalecer espaços coletivos que acolham vítimas, ajudem a distinguir conflitos interpessoais de violações e subsidiem ações coletivas do sindicato.

O debate abordou a complexidade do consentimento e a ideia de que a "réguia" do assédio é determinada por quem recebe o comportamento, considerando contexto, insis-

tência, conotação e histórico de relações. Entre práticas que caracterizam assédio estão o isolamento, distribuição desigual de tarefas, prazos inviáveis, comentários depreciativos, toques indesejados, sexualização, racismo e disseminação de boatos.

**Criação de um canal seguro de denúncias** - Na reunião, houve convergência sobre a urgência da criação de um canal seguro e específico para denúncias dentro da Funai, acompanhado de protocolos de resposta e ações formativas permanentes. A coleta sistematizada de dados foi apontada como essencial para transformar relatos individuais em evidências de problemas institucionais e, assim, promover políticas públicas robustas.

Iniciativas de escuta e acolhimento psicológico para atender víti-

mas de assédio e violência de gênero também são apontadas como essenciais. A importância do apoio contínuo e de espaços coletivos de compartilhamento é considerada ferramenta de prevenção ao adoecimento.

O encontro definiu ações imediatas, incluindo:

- orientação jurídica individual para pessoas que buscam apoio;
- articulação para enfrentar o uso do processo administrativo disciplinar como instrumento de perseguição;
- elaboração de ofício conjunto ao órgão cobrando a criação de canal específico de denúncias, protocolos claros de resposta e formação permanente em todas as unidades;
- preparação de rodas de conversa, materiais educativos e plataforma para coleta sistemática de relatos.

A reunião encerrou com o compromisso da manutenção do diálogo permanente e construção de mecanismos capazes de enfrentar a violência de gênero e assegurar ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis dentro da Funai.

## Alerta Importante:

### Cuidado com o golpe do falso advogado!

O Sindsep-MT informa a todos os servidores que circula, novamente, o chamado golpe do falso advogado. Nessa fraude, estelionatários se passam por advogados ou representantes judiciais — muitas vezes utilizando dados reais de processos — e entram em contato pedindo pagamentos para liberar supostas verbas judiciais. O desfecho, claro, é que o dinheiro vai para os golpistas, enquanto os servidores ficam no prejuízo.

#### Como o golpe funciona:

Os criminosos obtêm dados reais de processos judiciais e os utilizam para dar veracidade à farsa.

Aí entram em contato via WhatsApp ou telefone, com urgência, afirmando que é necessário um pagamento via PIX ou depósito imediato para liberação de valores como precatórios, alvarás ou RPVs.

Em seguida, dispara-se um documento forjado — sentenças, ofícios, alvarás falsos — com montagem muito convincente.

Depois que o pagamento é feito, o falso advogado desaparece — e o servidor fica sem o valor e sem contato com o suposto advogado.

#### O que as autoridades recomendam:

Não realize pagamentos por PIX, transferências ou boletos enviados por fontes não verificadas.

Verifique sempre a identidade do contato antes de qualquer ação.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) enfatiza: nunca solicita nenhum tipo de pagamento via PIX ou outro meio para liberar valores judiciais.

O que tem sido feito em Mato Grosso: A OAB-MT reforçou junto ao Ministério da Justiça a necessidade de federalização das investigações, dada a abrangência interestadual do golpe.

A entidade também firmou parcerias com a Polícia Civil e com o TJMT para implementar ajustes de segurança no sistema eletrônico de tramitação processual (PJe).

#### Contatos oficiais do Jurídico do SINDSEP/MT

Caso você receba qualquer mensagem suspeita ou tenha dúvidas sobre autênticos contatos jurídicos, não hesite em entrar em contato diretamente com o Jurídico do sindicato:

Telefone fixo: (65) 3023-7000

WhatsApp: (65) 99945-6283

Ou, diretamente com a Dra. Adriane Santos dos Anjos:

WhatsApp: (65) 99947-5368

WhatsApp: (65) 99309-5678

Seja sempre cauteloso com contatos não verificados e proteja-se contra fraudes.

## INFORME PUBLICITÁRIO

### Terapias com condições especiais para sindicalizados

O Sindsep-MT passa a oferecer aos seus sindicalizados acesso ao processo terapêutico conduzido pelo terapeuta e hipnoterapeuta Paulo Almeida, com condições especiais de atendimento.

O trabalho terapêutico é baseado em um método estruturado, que integra abordagens Comportamental, Humanista, Integrativa e Reencarnacionista, utilizando protocolos de autoconhecimento, autoconsciência e desenvolvimento pessoal. O processo é dividido em três fases e pode variar entre 6 a 12 sessões, conforme a necessidade individual.

#### Fases do Processo Terapêutico

##### 1) Identificação das Causas (Anamnese)

A primeira sessão consiste em uma anamnese detalhada para compreensão das queixas, desafios emocionais, objetivos pessoais e do estado atual do paciente. Com base nessa avaliação, é elaborado um Plano Terapêutico Personalizado, definindo periodicidade, técnicas e estratégias específicas para cada caso.

##### 2) Quebra de Padrões

Aplicação de protocolos terapêuticos e psicoterapêuticos voltados para eliminar crenças limitantes, traumas, medos, pensamentos e comportamentos disfuncionais. Entre as técnicas empregadas estão:

- Regressão por Emoção (sob hipnose)
- Regressão por Idade (sob hipnose)
- Regressão à Causa
- Regressão a Vidas Passadas (quando aplicável)

• Psicoterapia com abordagens cognitivo-comportamental, neuroterapia, humanista, integrativa e reencarnacionista

##### 3) Reconstrução e Controle Emocional

O foco passa a ser o desenvolvimento de habilidades emocionais, autonomia e fortalecimento da autoestima, utilizando ferramentas como:

- Auto-hipnose
- Técnica de Respiração 4-7-8
- Meditação Mindfulness
- Grounding (técnica de aterrramento)

Essas práticas são ensinadas para uso cotidiano, garantindo a manutenção das mudanças alcançadas durante o processo.

Duração e Condições Especiais para Sindicalizados

• Cada sessão possui duração entre 60 e 90 minutos, podendo chegar a 2 horas em casos como anamnese, análise corporal ou regressão terapêutica.

• O valor comum de mercado varia entre R\$ 250,00 e R\$ 350,00, porém sindicalizados terão acesso ao valor social de R\$ 120,00 por sessão.

#### Formas de Pagamento

A definição da forma de pagamento ficará a critério da administração do sindicato:

- Pagamento direto ao terapeuta; ou
- Pagamento efetuado pelo SINDSEP com posterior desconto ao servidor.

São aceitos:

- Dinheiro
- PIX (Chave: (65) 9 9312-5577 – Nubank)
- Cartão (débito ou crédito)

#### Contato e Redes Sociais

Paulo Almeida – Terapeuta e Hipnoterapeuta

Telefones: (65) 9 9280-0990 / (65) 9 9312-5577

E-mail: pauloalmeida\_terapeuta@yahoo.com



# VOX POPULI



**68% DOS TRABALHADORES RECONHECEM IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS**

POR SINDSEP-DF

**U**ma pesquisa divulgada nesta semana na coluna do jornalista Leonardo Sakamoto, no portal UOL, traz dados importantes sobre a percepção dos trabalhadores brasileiros a respeito da relevância dos sindicatos. O levantamento “O Trabalho e o Brasil”, realizado pelo Instituto Vox Populi e encomendado pela CUT e Fundação Perseu Abramo, com apoio do Dieese e do Fórum das Centrais Sindicais, mostra que 68% dos trabalhadores consideram os sindicatos importantes ou muito importantes para defesa dos direitos e melhoria das condições de trabalho.

Além disso, mais de 70% defendem o direito de greve, um dos principais instrumentos históricos da luta coletiva no país.

A pesquisa ouviu presencialmente 3.850 trabalhadores, entre assalariados com e sem carteira, autônomos, empreendedores, trabalhadores de aplicativos, servidores públicos, aposentados e desempregados, e tem margem de erro de 1,6 ponto percentual.

## Reconhecimento do papel sindical cresce mesmo com campanhas de desinformação

Os resultados, como destaca Sakanoto, vão na contramão do senso comum alimentado por setores que tentam deslegitimar o movimento sindical. Mesmo assim, 52% dos trabalhadores dizem estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a atuação das entidades, e quase metade dos autônomos e empreendedores afirma que

gostaria de se filiar a um sindicato, ainda que essa categoria não seja formalizada pela legislação atual.

Os entrevistados também identificam como contribuição direta dos sindicatos a melhoria de salários e condições de trabalho (68%); a melhoria das condições de vida (67,8%); a mediação com empresas (67,1%) e a defesa de direitos (64,3%).

## O desafio da proximidade e da organização no mundo do trabalho fragmentado

Ainda que a percepção seja positiva, 52,4% afirmam não conhecer as ações concretas das entidades que os representam, e apontaram os seguintes caminhos para melhorar a questão: maior presença sindical no local de trabalho (49,4%); melhor comunicação (37,5%); e oferta de cursos de qualificação (29,6%).

A pesquisa também aponta baixa sindicalização (11,4%), reflexo da fragmentação do mundo do trabalho, marcada pela informalidade, terceirizações, pejotização e rotatividade, fatores que desafiam o movimento sindical a reorganizar sua estratégia.

## **Conquistas históricas da luta sindical e o papel do Sindsep-DF**

O reconhecimento revelado pela pesquisa reforça a centralidade da luta coletiva para conquistar direitos, muitos deles hoje naturalizados, mas que nasceram da pressão da classe trabalhadora organizada por seus sindicatos. São exemplos: jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais (que já

A stylized, graphic illustration of a diverse crowd of people. The figures are rendered in white and black against a dark blue background. In the center, a man holds a red rectangular sign with the white text "We Are The People". The crowd includes individuals of different ages and ethnicities, some wearing headscarves and others with short hair. The overall style is reminiscent of a political poster or protest art.

foi de até 16 horas); salário mínimo como garantia de condições básicas de vida ao trabalhador e sua família; férias e descansos semanal remunerados; 13º salário; segurança no trabalho; licença-maternidade, entre outros.

No setor público federal, a atuação do Sindsep-DF desde sua fundação, antes da Constituição de 1988 permitir a organização sindical dos servidores públicos, foi fundamental para conquistas como o direito à greve e à sindicalização, concurso público, estabilidade no emprego, Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), aposentadoria por tempo de serviço, retorno dos demitidos do governo Collor (Lei nº 8.878/94), entre outros.

A própria sobrevivência dos serviços públicos e o fortalecimento do Estado brasileiro estão diretamente ligados à resistência organizada pelos sindicatos gerais ao longo das últimas décadas, especialmente no enfrentamento do desmonte e ataques orquestrados pelos governos do golpista Temer e do genocida Bolsonaro. Vale lembrar aqui que em plena pandemia de Covid-19, o sindicato, em conjunto com a Condsef e a CUT, organizou os servidores

para impedir a votação da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) na Câmara dos Deputados.

## **Fortalecer sindicatos é essencial diante dos ataques atuais, como a Reforma Administrativa**

Os dados divulgados pelo UOL chegam em um momento crucial: enquanto os trabalhadores reconhecem que sindicatos são essenciais para proteger direitos, o Congresso discute iniciativas como a reforma administrativa inimiga do povo (PEC 38/2025), que ameaça a qualidade dos serviços públicos prestados à população que já se mostraram essenciais e indispensáveis em situações recentes do país, seja na elaboração e implementação de ações de combate a uma pandemia, na fiscalização e defesa do meio ambiente ou no desenvolvimento de políticas voltadas à educação, à segurança pública, à reforma agrária, à cultura, ao esporte, ao lazer, à proteção social e tantas outras áreas.

Sob o discurso de eficiência e modernização da gestão pública, a PEC enfraquece a estabilidade e a autonomia dos servidores, introduz mecanismos de controle e punição típicos da lógica empresarial, reduz investimentos em políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e programas sociais, e flexibiliza as relações de trabalho no setor público, transformando o Estado em um balcão de negócios a serviço do mercado financeiro.

Nesse cenário de ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos, fortalecer os sindicatos significa fortalecer a democracia, a soberania e os direitos sociais.

